

- ILARI, R. Estruturalismo e semântica. In: MARI, H., DOMINGUES, I. & PINTO, J. (orgs.) *Estruturalismo: memória e repercussões*. Rio de Janeiro, Diadorim, 1995.
- _____. Pela primeira vez, e suas complicações sintático-semânticas. *D.E.L. T.A.*, v. 14, n. especial, pp.133-153, 1998.
- ILARI, R. & GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo, Ática, 1985.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago, The Chicago University Press, 1980.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things. What categories reveal about the mind*. Chicago, The Chicago University Press, 1987.
- LIMA, P. L. C. O substantivo *cabeça* relacionado à razão/emoção no sistema conceitual do inglês e do português. *Anais do 1º Encontro do CELSUL*, v. 1, pp.723-733, 1997.
- LYONS, J. *Semântica I*. Lisboa, Presença, 1977.
- KEMPSON, R. *Teoria semântica*. São Paulo, Zahar, 1980.
- KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. Cortez, São Paulo, 1984.
- NEGRÃO, E. V. Tem uma história que eu quero contar que começa assim: peculiaridades de uma construção existencial. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n. 22., pp. 81-90, 1992.
- PIRES DE OLIVEIRA, R. Um história de delimitações teóricas: trinta anos de Semântica no Brasil. *D.E.L.T.A.*, vol. 15. n. especial, p. 291-322, 1999.
- OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. *O significado de significado. Um estudo da influência da linguagem sobre o pensamento e sobre a ciência do simbolismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- PONTES, E. *A metáfora*. Campinas, UNICAMP, 1990.
- PUTNAM, H. The meaning of meaning. In: *Language, mind and knowledge*. Cambridge, Cambridge University Press, 1975.
- SAEED, J. I. *Semantics*. Oxford, Blackwell, 1997.
- SWEETSER, E. E. *From etymology to pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.
- TAYLOR, J. R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Oxford, Oxford University Press, 1989.
- VOGT, C. *O intervalo semântico*. Campinas, Hucitec, 1977.

2

PRAGMÁTICA

Joana Plaza Pinto

1. LINHAS GERAIS

De que tratam os estudos lingüísticos que se classificam como “pragmáticos”, ou pertencentes à área da Pragmática? Essa é uma pergunta que pode gerar respostas tão variadas quanto o número de pessoas que se dispuserem a respondê-la. Um número muito grande de trabalhos, com temas e objetivos os mais diversos, circula nos periódicos e outras publicações declaradamente inseridos no domínio da Pragmática. Pode-se, no entanto, a partir de um grupo mais ou menos coeso desses estudos, procurar delimitar a Pragmática, admitindo a diversidade. Vamos assim tentar compreender um pouco da história da constituição dessa área tão heterogênea, procurando ao mesmo tempo evidenciar o que, em meio a diferentes perspectivas, torna possível reconhecer certos tipos de estudos lingüísticos como pragmáticos.

Mesmo que se admita a variedade presente na Pragmática, também se deve admitir que as autoras e autores desse domínio têm certos pressupostos em comum. Haberland & Mey (1977), editores do *Journal of Pragmatics*, na primeira edição desse periódico, afirmam que a Pragmática analisa, de um lado, o uso concreto da linguagem, com vistas em seus usuários e usuárias, na prática lingüística; e, de outro lado, estuda as condições que governam essa prática. Assim, em primeiro lugar, a Pragmática pode ser apontada como *a ciência do uso*

lingüístico. As pessoas que a estudam esperam explicar antes a linguagem do que a língua. Essa afirmação é decorrente da dicotomia clássica saussureana língua/fala: Saussure (1991) defende que a *língua*, que seria o objeto de estudo da Lingüística por excelência, é a *linguagem* menos a *fala*¹, enquanto a Pragmática se inicia justamente defendendo a não-centralidade da língua em relação à fala. Em outras palavras, a Pragmática aposta nos estudos da *linguagem*, levando em conta também a fala, e nunca nos estudos da língua isolada de sua produção social. Dessa forma, os estudos pragmáticos pretendem definir o que é linguagem e analisá-la trazendo para a definição os conceitos de *sociedade* e de *comunicação* descartados pela Lingüística saussureana na subtração da fala, ou seja, na subtração das pessoas que falam.

Um segundo ponto acordado entre os estudiosos e estudiosas dessa área é que os fenômenos lingüísticos não são puramente convencionais, mas sim compostos também por elementos criativos, inovadores, que se alteram e interagem durante o processo de uso da linguagem. Numa pequena fita cassete, com uma gravação curta de alguém conversando com um lingüista, vamos escutar trechos do tipo:

(1)

Entrevistadora: Então ela largou o namorado?

Entrevistada: Eu vi ela largar... largou sim... largou a ele...

Entrevistadora: A ele?

Entrevistada: é, a ele, sim; a ele... largou a ele aquela vida infeliz que eles tinham juntos... largou a ele.

Repare que a entrevistadora tem um impasse de interpretação da fala da entrevistada porque esta última cria uma estrutura “alterada”, um objeto indireto inesperado, no entanto de extrema importância para o entendimento, não só do que a entrevistada queria dizer, mas principalmente das possibilidades expressivas de inovações lingüísticas. O que vemos aqui não é poesia, ou variação lingüística. Ainda que poesia e variação expressem esse mesmo tipo de situações criativas, esse diálogo (1) é a prova de que não é produtivo descrever a linguagem como um sistema delimitável, mas sim que esta deve ser trabalhada

1. Note que a definição de *linguagem* inicialmente utilizada pela Pragmática é bastante diversa de outras áreas da Lingüística (cf. outros capítulos deste volume). Essa noção inicial de *linguagem* como o somatório da língua mais a fala é própria do estruturalismo, metodologia de estudos sociais fundada por Ferdinand de Saussure, e inicialmente divulgada por Roman Jakobson, na Lingüística, e Claude Lévi-Strauss, na Antropologia. In: Dosse, F. *História do estruturalismo*. São Paulo, Ensaio, v. I e II, 1993.

a partir da possibilidade de se juntar grupos de indícios sobre seu funcionamento, tendo como limite possível um recorte convencional, não justificado por qualquer fator inerente à linguagem. Quando a análise lingüística é feita em outros moldes, trechos como de (1) são descartados como erros de uso do sistema, ou, na melhor das hipóteses, exceção — “licença poética”.

A variedade de materiais que são analisados nas publicações aceitas pelo *Journal of Pragmatics* nos ajuda a perceber que lingüistas estão se dedicando às situações de “exceção”, fundamentais na compreensão da linguagem em uso: diálogos colhidos entre falantes de uma comunidade, literatura, poesia, humor, e podemos ler mesmo trabalhos analisando material lingüístico-visual, como cartuns e propagandas.

Explicar a linguagem em uso e não descartar nenhum elemento não-convencional: esses dois pontos comuns aos estudos pragmáticos formam uma linha derivada da história da preocupação com o *uso lingüístico*. No final do século XIX, a Filosofia iniciou um redirecionamento na forma de responder a suas perguntas. Desde Kant², os estudos filosóficos passaram a ser entendidos como um conjunto de critérios para avaliar a maneira pela qual a mente é capaz de construir representações. Mais tarde, então, no final do século XIX, os estudos filosóficos cunharam sua variante da filosofia kantiana, defendendo principalmente que *representação é antes lingüística* do que mental, e que se deve refletir antes em *filosofia da linguagem* que em crítica transcendental³. Assim, objetivos filosóficos de discutir e descrever nossa representação do mundo respaldaram um movimento em direção às usuárias e usuários da linguagem, acarretando uma tendência análoga no âmbito da Lingüística. A Pragmática é fruto desse movimento em direção aos problemas relativos ao uso da linguagem, por isso, ao estudarmos a constituição dessa área, devemos acompanhar também um pouco da história dos grupos filosóficos que a influenciaram.

2. CORRENTES DA PRAGMÁTICA

Como a Pragmática é uma área genericamente definida por pesquisar sobre o uso lingüístico, os temas escolhidos para análise são amplos e variados. Em publicações da Pragmática podemos ler estudos teóricos sobre a relação entre signos e falantes, como é o caso do estudo de Mey (1985), que procura

2. Immanuel Kant foi um filósofo alemão que viveu entre 1724-1804. Exerceu grande influência no pensamento ocidental, procurando caracterizar os limites, alcance e valor da razão.

3. Para maiores detalhes, consultar Rorty (1994), especialmente a Introdução e o Capítulo I.

debater o lugar da linguagem na sociedade, de uma perspectiva marxista, discutindo o conceito de manipulação lingüística. Também encontramos levantamento de aspectos de diálogos entre falantes de uma mesma comunidade ou comunidades diferentes (Verschueren & Bertuccelli-Papi, 1987). Observe o diálogo a seguir:

(2)

A: Você viu meu *rato* por aí?

B [apontando um rádio ao seu lado]: Está aqui o *rádio*.

A: Não, é o *rato* mesmo. Meu rato de borracha.

B compreende a palavra *rato*, mas considera 1º) a improbabilidade de alguém estar procurando seu próprio rato (!); 2º) a proximidade *concreta* [ao seu lado] de um objeto e *fonológica* da palavra que se refere a esse objeto. Assim, uma análise pragmática desse diálogo deve considerar tantos aspectos da estrutura da própria língua quanto aspectos relacionados ao usuário ou à usuária (a situação que ele/ela vivencia).

Um outro tipo de tema comumente levantado pelos estudos pragmáticos são os funcionamentos e efeitos de atos de fala. *Atos de fala* é um conceito proposto pelo filósofo inglês J. L. Austin para debater a realidade de ação da fala, ou seja, a relação entre o que se diz e o que se faz — ou, mais acuradamente, o fato de que se diz fazendo, ou se faz dizendo. Discutiremos melhor esse conceito na seção 2.2. Por enquanto, vale ressaltar que, cada qual com seu critério, alguns estudos procuram, por exemplo, classificar os atos de fala de acordo com seus efeitos. É o caso de Benveniste (1991), que pretende classificar os atos de fala. De um lado teríamos aqueles atos que seriam compostos por um verbo declarativo jussivo na primeira pessoa do presente mais uma afirmação, como:

(3) Eu ordeno que você saia.

Ainda que ele não explique detalhadamente o que seriam esses tipos de verbos, na lista dos “declarativos-jussivos”, Benveniste inclui *ordenar*, *comandar*, *decretar*, o que nos leva a perceber esses verbos como estabelecendo uma relação entre “declaração de uma ação” e “jus à posição de autoridade para tal ação”. Assim, *ordenar* não só explicita, “declara” a ação feita por quem fala, como este deve estar apto a fazê-lo. No caso do exemplo (3), “ordenar” é o verbo declarativo-jussivo, e “você saia”, a afirmação. De outro lado, Benveniste propõe outro conjunto de atos de fala, atos estes que seriam compostos por um verbo com complemento direto mais um termo predicativo, tal qual:

(4) Proclamo-o eleito vereador.

Essa classificação proposta por Benveniste não é a única e mesmo pode ser firmemente contestada (veja Ottoni, 1998). O mais importante é se perceber que, ao selecionar, entre tantos fenômenos de linguagem em uso, quais devem ou não ser estudados, e a quais perguntas devem ser submetidos tais fenômenos, os autores e autoras da Pragmática acabam por fazer aparecer suas diferenças. A influência de grupos filosóficos nessas seleções de objetos e métodos é patente e será usada aqui para delimitar as diferentes correntes de estudos pragmáticos.

São elas três correntes. O pragmatismo americano, influenciado pelos estudos semiológicos de William James; os estudos de atos de fala, sob o crédito dos trabalhos do inglês J. L. Austin; e os estudos da comunicação, com preocupação firmada nas relações sociais, de classe, de gênero, de raça e de cultura, presentes na atividade lingüística.

Vale a pena observar que, entre os autores e autoras que são referência para a Pragmática, também estão os franceses Oswald Ducrot e Émile Benveniste, e o americano H. P. Grice. Até o final da década de 1980, muitos trabalhos cuja orientação teórica está fundamentada nesses autores incluíam-se na área da Pragmática. Entretanto, a evolução de seus trabalhos conferiram-lhes campos de estudos e métodos hoje separados dos pragmáticos. A Semântica Argumentativa e a Análise da Conversação são duas correntes outrora participantes do movimento que integrou componentes pragmáticos aos estudos lingüísticos. Neste momento histórico da Lingüística, são mais enriquecedoras quando estudadas como áreas diferentes. Mas não estranhem a leitora e o leitor se encontrarem, ainda hoje, os nomes desses autores associados de alguma forma à Pragmática⁴.

2.1. Pragmatismo americano

Foi o filósofo americano Charles S. Peirce o primeiro autor a utilizar a palavra *pragmatics*, no seu artigo *How to make our ideas clear*, de 1878. Peirce exerceu influência sobre vários filósofos e assim foram divulgadas suas idéias sobre a *tríade pragmática*. Essa tríade representa a *relação* entre signo, objeto e interpretante. O que Peirce procurou destacar ao postular essa tríade foi a necessidade de se teorizar a linguagem levando-se em conta o que sempre foi lembrado na Lingüística, ou seja, *o sinal*, mas também *aquilo a que este sinal*

4. Para maiores detalhes, consultar os capítulos “Semântica” e “Análise da Conversação”, neste volume.

remete e, principalmente, a quem ele significa. Num dos trechos de sua obra, Peirce explica:

[Os que se dedicavam ao estudo] da referência geral dos símbolos aos seus objetos ver-se-iam obrigados a realizar também pesquisas das referências em relação aos seus interpretantes, assim como de outras características dos símbolos e não só dos símbolos, mas de todas as espécies de sinais. Por isso, atualmente, o homem que pesquisa a referência dos símbolos em relação aos seus objetos será forçado a fazer estudos originais em todos os ramos da teoria geral dos sinais⁵.

É bom ressaltar que a idéia da tríade pragmática e toda a teoria que a acompanha são complexas. Peirce fez um trabalho prolongado, procurando explicar exaustivamente os componentes de sua teoria do signo, definindo e subdividindo cada um dos itens para explorar ao máximo sua capacidade explicativa e seu alcance teórico — só os sinais ele subdividiu em dez classes principais!

Devemos aqui nos deter na repercussão de seu trabalho, na sua proposta principal de expor todos os aspectos da relação símbolo-objeto-interpretante. Os dois principais seguidores de Peirce, e que passaram adiante interpretações da obra deste autor, foram William James e Charles W. Morris.

Ao travar contato com o círculo de filósofos de Viena, Morris sabe da proposta de Rudolf Carnap de dividir as investigações sobre linguagem em três campos: a *Sintaxe*, que trataria da relação lógica entre as expressões; a *Semântica*, que trataria da relação entre expressões e seus significados; e a *Pragmática*, que estaria responsável por tratar da relação entre expressões e seus locutores e locutoras. Repare que essa partição ternária lembra muito os três pontos cruciais da significação para Peirce: o signo propriamente, em Carnap destacado pela idéia de que uma área, a Sintaxe, poderia tratá-lo; o significado, ou a que remete o signo, tratado na Semântica; e a pessoa que interpreta o signo, tratado, de acordo com Carnap, pela Pragmática. Essa proximidade entre os dois raciocínios entusiasma Morris. Em 1938, Morris atesta, com *Foundations of the theory of signs*⁶, a doutrina pragmática de Peirce, defende a interdependência, combatendo a hierarquização dos três campos. Assim, Morris mostra-se fortemente influenciado pelo grupo de empiricistas de Viena, mas, ao mesmo tempo, busca minimizar a força da separação entre os três campos de estudo, o que, conseqüentemente, afastaria, na prática da pesquisa lingüística, os três ele-

5. Peirce (1906) citado em Odgen, C. K. & Richards, I. A. *O significado do significado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 280.

6. Citado em Schlieben-Lange (1987).

mentos da tríade pragmática. Entretanto, ainda que esse gesto de Morris seja bastante apropriado ao pensamento de Peirce, é forte a ascendência do empirismo lógico em seu pensamento, fazendo com que sua obra se direcione para outros caminhos, como, por exemplo, para fundamentar a doutrina da *ciência unitária* defendida pelos empiricistas.

Seguindo outro caminho, o filósofo William James aproveitou de Peirce a idéia de refletir no âmbito da filosofia sobre os sinais e seus significados. Ao escrever o ensaio *Philosophical conceptions and practical results*, em 1898, vinte anos depois que Peirce havia utilizado a palavra *pragmatics*, James cunha *pragmatism* e inaugura o que ficou conhecido como Pragmatismo americano. Mas as idéias de James só vieram a causar impacto no século XX, sob a égide de novos filósofos empenhados em definir a filosofia, e também a linguagem e o conhecimento, como uma *prática social*. A definição mais popular de James é a de *verdade* como “o que é melhor para nós acreditarmos”. Essa fórmula é bastante polêmica, e valeu ao adjetivo “pragmático” a definição de “aquilo que tem aplicações práticas, voltado para a ação”.

Desde Platão, que discutiu com certa constância a questão “A que se pode chamar corretamente verdadeiro ou falso?”, a maior parte dos textos filosóficos, especialmente influenciados pela lógica clássica, até então tinha definido verdade como um conceito que está fora das pessoas, pois o que é verdadeiro estaria sempre em conformidade com o mundo. Desse modo, a verdade seria suscetível de ser encontrada e confirmada. Esse conceito de verdade sempre foi extremamente importante para a definição de significado, pois a conceitualização deste último girava em torno da correspondência entre o mundo e a palavra. William James, por meio de sua reflexão filosófica baseada em componentes pragmáticos, valoriza a pessoa que fala como detentora do próprio significado, já que a verdade, palavra-chave na compreensão da relação entre mundo e linguagem, nada mais é que aquilo que todos e todas nós, inseridos/as numa comunidade, queremos que ela seja. Repare como essa posição de James desloca com grande força o tratamento do significado lingüístico, porque impele o debate acerca da verdade para o terreno do imprevisível: as pessoas sociais. No momento em que ele relativiza a noção de verdade, atinge em cheio todo o discurso sobre a possibilidade de conhecimento *de fato*, pois duvida da própria idéia de confirmação *no mundo* deste conhecimento.

É o americano Willard V. Quine quem inicia um grande empenho em prosseguir as idéias pragmatistas de James e Peirce. Quine, como Morris, também estuda o empirismo lógico do Círculo de Viena, mas abandona de vez o vocabulário logicista e reforça muitas das idéias de Peirce, reformulando-as no que ele

chamou de *pragmatismo radical*. Sua atitude contra a tradição lógica é ousada. Com Quine, podemos aprender que muitos argumentos utilizados pela Semântica lógica para sustentar a exclusão do/a usuário/a na análise do significado são questionáveis em sua própria condição de argumento válido.

Para entendermos o radicalismo da proposta pragmática de Quine, devemos nos deter um pouco na questão da *determinação da referência*, e procurarmos perceber como Quine levanta o problema de que determinar o objeto referido por uma expressão é uma questão muito mais séria do que simplesmente encontrá-lo ou não no mundo. Muitas dificuldades podem ser levantadas para se apontar um objeto referido. Quine (1980), defendendo que a *indeterminação da referência* permanece não importa com qual tipo de expressão referencial estejamos trabalhando, apresenta a situação do uso de expressões demonstrativas. A sentença

(5) Esta mesa está quebrada.

proferida numa situação similar à ostensão, não deixa de produzir perguntas: o que está sendo referido para o predicado “está quebrada”: a quina da mesa? o pé da mesa? as dobradiças? Se concordamos com Quine, essas perguntas não são realmente problemas referenciais. É perfeitamente aceitável, do ponto de vista de qualquer falante, que permaneça a indeterminação da parte da mesa que está quebrada. A apreensão do objeto referido fica assim fragmentada, e não mais transparente.

Com exemplos como este, Quine está defendendo a tese de que a referência é impenetrável, no sentido de que não se pode determinar “com toda certeza” o alcance da expressão referencial no mundo. É a famosa tese da *inescrutabilidade da referência*, a base de sua *visão holista*. A *inescrutabilidade da referência* é a prova cabal de que as discrepâncias entre significações só podem ser teorizadas a partir da sua condição pragmática. Quine (1968) nos explica isso mostrando que um lingüista em pesquisa de campo, que ouve um nativo dizer “gavagai” apontando para um coelho que passa, só pode interpretar *pragmaticamente* esse ato. Nada garante que “gavagai” possa ser traduzido como “coelho” ou “parte de coelho” ou “coelho andando”. Sua tradução só pode ser feita a partir da prática lingüística que o produziu.

Outros dois estudiosos do Pragmatismo americano que se destacam são Donald Davidson e Richard Rorty. Ambos admitem créditos por suas idéias aos trabalhos dos filósofos James Dewey e L. Wittgenstein. Estes últimos autores acrescentaram uma perspectiva historicista aos estudos pragmáticos americanos, defendendo que as investigações dos fundamentos da linguagem podem

ser consideradas uma *prática social contemporânea*. A *Teoria da coerência* elaborada por Davidson (1986), e respaldada pelas críticas de Rorty (1994) à tradição analítica⁷, delinea um arcabouço teórico para tratar a *coerência interna*, e não a verdade, como o elemento que sustenta qualquer sistema interpretativo. Sua defesa polemiza, portanto, em torno daquela noção clássica de verdade que citamos anteriormente, e contrapõe-se à Teoria da Correspondência, presente na definição clássica de significado. Essa última sustenta que sentenças e coisas no mundo podem ser relacionadas a fim de calcular valores de verdade dessa relação. Para Davidson, se há coerência, pouco importa o valor de verdade dessa correspondência. Dessa forma, o que Davidson quer mostrar é que as atitudes proposicionais de uma pessoa, sua fala, crenças e intenções são verdadeiras porque existe um princípio legítimo que diz que *qualquer uma das atitudes proposicionais do/a falante é verdadeira se ela é coerente com o conjunto de atitudes proposicionais desse/a mesmo/a falante*. Tomemos um exemplo:

(6)

A: Estou pensando em assistir ao carnaval em Olinda. Você, que é de lá, sabe se tem muito barulho?

B: Não, tem polícia, é tudo bem organizado.

A: A polícia não deixa ter muito samba?

B: Não, a polícia não deixa as pessoas bagunçarem as ruas.

A: Não, não foi isso que eu quis dizer. Eu não estou falando de barulho como bagunça, estou falando de barulho de batida de samba.

Esse trecho ilustra o que, entre lingüistas, é conhecido como “mal-entendido”, um momento no diálogo em que não há coincidência de interpretação entre participantes. Muitos estudos têm procurado estabelecer padrões para a “resolução” desses chamados mal-entendidos, justificando, por exemplo em (6), que a expressão “barulho” é empregada com diferenças culturais suficientemente marcantes para causar diferença também na interpretação preferencial de tal expressão.

Um exemplo deste tipo de idéia de que mal-entendidos são erros e devem ser resolvidos é um texto de M. Dascal (1986) chamado *A relevância do mal-*

7. Tradição analítica é entendida aqui no sentido de Rorty (1994) como aquele vocabulário filosófico que se inicia com os trabalhos do filósofo alemão Frege, e que baseia toda a argumentação para a defesa de que *significar é representar algo* que está fora da linguagem, seja fora porque está no mundo concreto, seja fora porque está no “pensamento” ou “sentimento”, entendidos estes últimos como conceitos abstratos, não ligados a nenhuma *prática cotidiana* de linguagem.

*entendido*⁸. Não se iludam pelo título. O texto de Dascal procura responder com especial ênfase à questão sobre a relação entre entender e mal-entender. De acordo com esse autor, o mal-entendido relaciona-se com o entender na medida em que ambos estão ligados a camadas de um esquema conversacional que é sempre utilizado pelos interlocutores e interlocutoras na atividade de linguagem.

Dascal pretende mostrar que o mal-entendido deve ser tratado como um fenômeno importante no trabalho com a linguagem. Mas ele defende que, de fato, esta relação entre *entendimento/mal-entendido* é importante na medida em que revela o funcionamento do entendimento. Dessa maneira, como toda dicotomia, esse par não passa de uma hierarquia camuflada, em que o mal-entendido é um “mau funcionamento” do esquema de significação harmônico. Como em toda hierarquia, um elemento se sobrepõe ao outro, e, sem dúvida, neste caso, não é o mal-entendido o membro positivamente valorado do par. Seu enfoque não é para integrar propriamente o mal-entendido ao esquema interpretativo, mas sim criar um mecanismo que o evidencie e ao mesmo tempo permita *corrigi-lo*. Podemos compreender que Dascal considere “um tanto paradoxal” defender a importância do mal-entendido em sua análise: a relação que o autor defende entre entender e mal-entender não pode efetivamente integrar o segundo elemento ao esquema interpretativo; ao contrário, sua importância “paradoxal” está em *ser levado em conta para ser eliminado*.

Esse texto de Dascal nos serve de exemplo da forma como têm sido tratados os fatos lingüísticos que resultam no mal-entendido: intempéries a serem corrigidas, evitadas, impedidas. Quando um autor como Dascal defende que se deve corrigir um mal-entendido, é porque ele pressupõe que a noção de entendimento deve ser mantida intocada.

Mas uma análise lingüística baseada nos debates de Davidson e Rorty acerca da coerência de sistemas interpretativos ilumina outros ângulos da questão do mal-entendido. Por que pensar em “mal-entendido” se existe apenas coerência interna nos sistemas interpretativos? Duas pessoas de culturas diferentes podem encontrar dificuldades em manter um diálogo produtivo, sim. Mas também pessoas de mesma cultura lidam com situações como a anterior, pois cada uma encaminha suas interpretações de maneira singular. Teorizar dessa forma sobre linguagem não tem nada a ver com pensar que cada qual diz o que quer e entende quem puder. A idéia de coerência interna em sistemas lingüísticos nos diz,

8. Uma análise detalhada desse texto de Dascal (1986) e uma discussão mais aprofundada sobre as motivações em torno da manutenção de um modelo harmônico de “entendimento” encontram-se em Pinto (1998).

muito mais apropriadamente, que é inadequada a argumentação em torno de “mal-entendido”, pois o processo que acarreta esse fenômeno desconcertante dos diálogos cotidianos é parte coerente de uma interpretação, e não deve ser encarado como “erro” ou “inadequação” de significado.

Dessa forma, podemos afirmar que a conversação humana é, para essa corrente da Pragmática mais do que para qualquer outra, uma *prática* lingüística. Prática entendida como *sempre* social, e no sentido que colocou James, como “aquilo que é melhor para nós”, no caso, falarmos, praticarmos como linguagem. O Pragmatismo americano oferece, então, bases filosóficas para uma análise lingüística que relacione a todo momento signo e falante, antes de qualquer coisa, compondo ambos o que se chama de *fenômeno lingüístico*.

2.2. Atos de fala

G. E. Moore assistiu a cursos proferidos por Wittgenstein e definiu o pensamento desse autor como um *desvio* no desenvolvimento da tradição filosófica (Silva, 1980). O que ele chamou de “desvio” seria um encaminhamento das preocupações dos estudiosos para a linguagem corrente. É Moore quem faz repercutir entre os filósofos da Universidade de Oxford esse redirecionamento. Autores como Gilbert Ryle, John Langshaw Austin e Peter Frederick Strawson seguem as indicações de Moore e de Wittgenstein para examinar a linguagem corrente como fonte de solução para os problemas filosóficos. É o movimento que ficou conhecido como *Filosofia Analítica* ou *Filosofia da Linguagem Ordinária*, e que tem como resultado principal para os estudos lingüísticos a *Teoria dos Atos de Fala*.

Depois do impacto do ensaio de Ryle, *Systematic misleading expressions*, de 1932, foi aberto o espaço para se debater como as construções gramaticais podem levar a confusões lógicas ineficientes entre filósofos e filósofas. Na esteira dessa abertura, Austin foi quem melhor expôs o problema, discutindo a materialidade e historicidade das palavras. Seus estudos procuraram refletir sobre a possibilidade de uma teoria que explicasse questões, exclamações e sentenças que expressam comandos, desejos e concessões. A Teoria dos Atos de Fala, que tem por base conferências de Austin publicadas postumamente em 1962 sob o título *How to do things with words* (Austin, 1990), concebe a linguagem como uma *atividade* construída pelos/as interlocutores/as, ou seja, é impossível discutir linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando em si — a linguagem não é assim descrição do mundo, mas ação.

Uma das distinções mais importantes feitas por Austin nesta sua defesa dos atos de fala é entre os *enunciados performativos*, como aqueles que realizam ações porque são ditos, e os *enunciados constativos*, que realizam uma afirmação, falam de algo. O exemplo abaixo:

(7) Eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

é um enunciado performativo pois, como os anteriormente citados (3) e (4), “prática” uma ação enquanto é enunciado. Somente proferindo “Eu te batizo” é que o padre pode batizar alguém, e isso é o que caracteriza a performatividade. Por outro lado, Austin propõe a existência de enunciados constativos, como os representados pelo exemplo abaixo:

(8) A mosca caiu na sopa.

Neste caso (8), não haveria uma ação praticada, ao contrário, a ação [a mosca cair na sopa] já ocorreu e provavelmente por isso há o enunciado. A análise dos contrastes entre esses tipos de enunciados, o performativo e o constativo, levou Austin a prosseguir no raciocínio e aventar a separação de níveis de ação lingüística através de enunciados. Ele propôs chamar *atos locucionários* aqueles que dizem alguma coisa; *atos ilocucionários*, aqueles que refletem a posição do/a locutor/a em relação ao que ele/a diz; e *atos perlocucionários*, aqueles que produzem certos efeitos e conseqüências sobre os/as alocutários/as, sobre o/a próprio/a locutor/a ou sobre outras pessoas. Esses três níveis atuam simultaneamente no enunciado. Para entender melhor, vejamos uma rápida análise:

(9) Eu vou estar em casa hoje.

Em (9), o ato locucionário seria o conjunto de sons que se organizam para efetivar um significado referencial e predicativo, quer dizer, para efetivar uma proposição que diz alguma coisa sobre “eu”. O ato ilocucionário é a força que o enunciado produz, que pode ser de pergunta, de afirmação, de promessa etc., o que, neste caso de (9), fica diluído entre uma promessa e uma afirmação, dependendo do contexto em que é enunciado. O ato perlocucionário é o efeito produzido na pessoa que ouve o enunciado: efeito de agrado, pois gostaria de estar mais tempo em casa com quem enunciou (9); ou efeito de ameaça, pois vai se sentir vigiada por aquela presença na casa, e assim por diante.

Uma constatação importante é que os atos de fala são muitas vezes de efeito ambíguo, podendo expressar tanto uma promessa quanto uma ameaça, e

assim por diante. Para solucionar o dilema, falantes costumam se basear em indícios explicitados no momento da fala, ou amplamente percebidos na relação entre as pessoas que falam. Dessa forma, podemos dizer que os atos de um enunciado ocorrem simultaneamente, são relativos ao contexto de fala e às pessoas que falam, e são interpretáveis com uma amplitude muitas vezes difícil de ser descrita nos limites de uma análise lingüística.

Nos cursos que deram origem à obra *How to do things with words*, Austin dedica-se principalmente aos verbos performativos, ligando as realidades tanto verbal quanto não-verbal. O grande furor causado inicialmente pela idéia de performatividade tinha a ver com a impossibilidade, ditada pelo próprio Austin, de manter a distinção verdadeiro/falso para esses tipos de enunciados. Em 1958, num encontro de Royaumont — França, um filósofo questionou longamente Austin, argumentando que um enunciado performativo poderia ser sim verdadeiro ou falso no que se relaciona àquele que fala, ou no sentido do próprio ato em si. Austin respondeu de forma insistente:

Pode-se dizer de um ato que ele é útil, que é conveniente, que ele é mesmo sensato, não se pode dizer que ele seja *true or false*. Qualquer que seja ele, tudo que posso dizer é que os enunciados desse tipo são muito mais numerosos e variados do que se acreditava⁹.

Neste famoso debate, para sustentar a impossibilidade de atribuição de valor de verdade para os enunciados performativos, Austin trata de mostrar como muitos enunciados com aparência de constativos são de fato performativos, como é o caso de “Eu te digo para fechar a porta”. Esse seu argumento desvela uma outra ousadia de Austin: ele próprio jamais sentiu inteira satisfação com a distinção constativo-performativo, e questionou-a, chegando mesmo a atestar a impossibilidade de sustentá-la.

Austin finalmente estabelece que o tal de *constativo* nada mais era de fato senão um *performativo* mascarado¹⁰.

Mas a teoria austiniana firmou-se na Lingüística, de fato, pela via da interpretação de John Searle, em *Speech acts*, de 1969 (Searle, 1981). O trabalho de Searle empenhou-se no sentido de produzir um acabamento nas inú-

9. Austin, J. L. Performativo-constativo. In: Ottoni, P. R. *Visão performativa da linguagem*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1998, p. 132.

10. Rajagopalan, K. Dos dizeres diversos em torno do fazer. *D.E.L.T.A.*, v. 6, n. 2, 1990, p. 237.

meras reviravoltas¹¹ que Austin efetiva em sua reflexão sobre a linguagem. Um exemplo disso é a taxonomia para os atos de fala proposta por Searle, que inclusive procurou deixar clara a distinção entre *ato* ilocucionário e *verbo* ilocucionário. Searle defendeu que os atos de fala possuem um componente básico: a *proposição*, o que orientaria, por meio de doze “dimensões de variação”, a sua classificação. Austin, por seu lado, também havia arriscado algumas tentativas taxonômicas, mas percebeu cedo uma certa falta de nitidez para essa classificação¹².

Outros autores, como Jacques Derrida (1991), procuraram ler a obra de Austin com conseqüências bem mais radicais e problematizadoras que a organização proposta por Searle. Para autores como Derrida, a Teoria dos Atos de Fala não é uma simples bipartição entre enunciados constativos e enunciados performativos, ou um levantamento de níveis de ação lingüística. A teoria de Austin, para Derrida, expõe a dimensão ética da linguagem, porque leva às últimas conseqüências a identidade entre *dizer* e *fazer* e insiste na presença do *ato na linguagem*, e não aceita separação entre descrição e ação. Não existe assim diferença entre “dizer” (9) e a ação praticada em (9). Quando uma pessoa emite (9), ela pratica uma ação, e não descreve algo — a saber, “o fato de que vai ficar em casa hoje”. O ato locucionário, aquele que diz algo, é, portanto, uma abstração. Os diferentes níveis não existem senão na proposta de separação. Derrida assim interpreta a teoria da performatividade:

O performativo não tem o seu referente (mas aqui esta palavra não convém sem dúvida, e constitui o interesse da descoberta) fora de si ou, em todo o caso, antes de si e face a si. Produz ou transforma uma situação; opera¹³.

Assim, os atos de fala são hoje fonte inesgotável de trabalhos na área da Pragmática, mas também na Lingüística em geral. Vale lembrar que se vasculharmos outras áreas de estudos lingüísticos também encontraremos trabalhos que levam em conta os atos de fala em suas análises. Não se pode dizer propriamente que todos esses trabalhos são seguidores da teoria austiniana; mas o que de fato ocorreu foi que a popularização dos trabalhos de Austin, por intermédio de estudiosos e estudiosas francesas e principalmente da divulgação feita por

11. Incluem-se aí os questionamentos de Austin sobre o valor veritativo dos atos de fala, ou mesmo suas dúvidas sobre a distinção performativo-constativo.

12. Para um debate mais aprofundado sobre a questão da taxonomia para os atos de fala, ler Rajagopalan (1992).

13. Derrida, J. Assinatura, acontecimento, contexto. In: *Margens da Filosofia*. Campinas, Papiurus, 1991, p. 363.

Searle, abriu espaço para a preocupação com uma realidade lingüística bastante incômoda: o fato de que aquilo que dizemos tem efeito altera o sentido e funcionamento lingüísticos.

No início da década de 1970, até as famosas árvores gerativistas incorporaram os atos de fala em seus galhos. Com o tempo, esse fenômeno se abrandou, mas a leitora e o leitor vão encontrar em muitos trabalhos menções à Teoria dos Atos de Fala. Na Semântica, na Lingüística Textual, na Análise Conversacional, na Análise do Discurso e em muitos outros lugares, para criticar ou reverenciar, para ser fiel a Austin ou para lhe fazer “consertos”, a Teoria dos Atos de Fala tem sido tanto um mero instrumento para explicar efeitos da linguagem em uso, como a relevância de uma promessa ou a eficácia de uma ordem, como no caso dos trabalhos de Searle (1981), quanto tem sido fonte de reflexão não somente sobre a prática do uso lingüístico mas principalmente sobre a teorização desta prática, como no caso das reflexões de Rajagopalan (1990).

2.3. Estudos da comunicação

Genericamente definido aqui como estudos da comunicação, esse grupo de pesquisas pragmáticas se caracteriza por ser um híbrido dos dois grupos anteriores. Híbrido porque podemos encontrar neste grupo autores que utilizam ambos os métodos descritos anteriormente, acrescentados muitas vezes de renovadas leituras do Pragmatismo americano ou da Teoria dos Atos de Fala. O que os torna diferentes dos demais é o crédito a teorias filosóficas historicistas que estavam em situação de ausência ou de pouca expressividade nas duas correntes anteriores.

Desde quando os estudos marxistas promovidos em todos os campos das chamadas ciências sociais tomaram conta da Europa¹⁴, questões relativas à comunicação humana começaram a ser levantadas com a seriedade e a sistematidade necessárias para firmar um novo paradigma. O pano de fundo dessas questões era especialmente a *diferença de classes*. Isso quer dizer que, de uma maneira geral, muitos autores e autoras se perguntavam o que significaria a diferença de classe social para a comunicação entre pessoas.

Outras estudiosas e estudiosos, que não seguiram o ímpeto das investigações marxistas, também empenhados sobre problemas relativos à comunicação, elaboraram perguntas sobre as perguntas que estavam sendo feitas e inaugura-

14. Ver outros detalhes sobre os estudos marxistas no capítulo “Análise do Discurso”, neste volume.

ram uma linha de inquirição para avaliar como estava sendo tratado o problema da comunicação no âmbito da Filosofia, da Lingüística, da Etnologia e das ciências sociais em geral.

A reavaliação do conceito de *cooperação* é um exemplo de resultado dessa linha de inquirição. De acordo com Grice, o introdutor desse conceito, para haver comunicação seria preciso haver cooperação entre os usuários. Seria possível inclusive levantar os princípios que regem o espírito cooperativo de comunicação. Grice elaborou, em meados da década de 1960, um quadro de *implicaturas conversacionais*, ou seja, de regras que deveriam estar presentes no sucesso de todo e qualquer ato de linguagem¹⁵. Jacob L. Mey (1987) é um excelente exemplo de como, a partir da Pragmática, é possível questionar severamente a *cooperação comunicativa*: ele discute como a noção de cooperação sustenta a ideologia da “parceria social”, pois apresenta o uso da linguagem como uma parceira igualitária e livre entre falantes.

Seguindo uma linha crítica como a de Mey, atuais pragmatistas apostam em comunicação como *trabalho social*, realizado com todos os *conflitos* conseqüentes das relações na sociedade. Ou seja, os conflitos das relações entre homens e mulheres, entre professor/a e aluno/a, entre brancos/as e negros/as, ou entre judeus/judias e anti-semitas, podem ser identificados lingüisticamente.

Acredito que você possa perceber facilmente essa linha argumentativa por meio da análise deste mesmo texto que você está lendo. Algumas pessoas, ao lerem um texto como este, sentem um certo desconforto com a presença constante do feminino na caracterização genérica, como “estudiosas e estudiosos da Pragmática”, o que significa a negação de que o masculino possa representar tanto homens quanto mulheres. Outras pessoas talvez não se sintam desconfortáveis, mas ao menos estranham essa insistência. Diante dessas reações se pode perguntar: por que manter o feminino nas caracterizações? Não pode o masculino ser o genérico? Muitos estudos pragmáticos respondem a essas perguntas da seguinte forma: existem pesquisadoras pragmatistas, mulheres que estudam e produzem materiais de qualidade nos estudos introdutórios da Pragmática? Sim; só para citar: Jenny Thomas (1995), Marcella Bertuccelli-Papi (1993), Brigitte Schlieben-Lange (1987). Referi-las pelo masculino é ser sexista, ou seja, é manter simbolicamente o masculino como melhor representante do gênero humano. Em trabalho baseado nas *Propostas para evitar o sexismo na linguagem*, publicado pelo Instituto da Mulher da Espanha, lemos:

15. Para maiores explicações, ver o capítulo “Análise da Conversação”, neste volume.

Quando se estabelecem as normas lingüísticas de uma perspectiva sexista, se prejudica diretamente as mulheres e indiretamente toda a sociedade¹⁶.

Assim, pragmatistas dos estudos da comunicação, preocupados/as em debater os conflitos sociais que são também lingüísticos, devolvem as perguntas com outra: por que não tornar visíveis lingüisticamente homens e mulheres? O desconforto ou estranhamento produzido por uma ação assertiva (a de se textualizar também o feminino nas caracterizações de estudiosos e estudiosas) é prova de que conflitos entre homens e mulheres podem ser identificados lingüisticamente, se se considera a linguagem como um trabalho social pleno de conflitos sociais.

Qualquer tentativa de descrição da comunicação que exclua aspectos sociais é considerada inócua e ineficiente para a pesquisa pragmática. A linguagem não é, portanto, meio neutro de transmitir idéias, mas sim constitutiva da realidade social. Não sendo “a realidade social” um conceito abstrato, mas o conjunto de atos repetidos dentro de um sistema regulador, a linguagem é sua parte presente e legitimadora, e deve ser sempre tratada nesses termos.

Desde a Escola de Frankfurt, com os trabalhos de Jürgen Habermas (1988) sobre a ação comunicativa, às teorias da desconstrução de Jacques Derrida, as mais diversas formas de pensar a linguagem como parte da realidade social, e não seu espelho, estão sendo elaboradas. Essa diversidade, se não ajuda a identificar temas definidos da Pragmática, pelo menos tem impedido a exclusão das mais variadas formas dos fenômenos da linguagem.

Roy Harris (1981), por exemplo, defende que somente levando-se em conta o que é metodicamente excluído na Lingüística tradicional podemos desmitificar as nossas idéias sobre as regras de funcionamento da linguagem. Assim, podemos perguntar: como *usos inovadores* e não-dicionarizados de palavras ou mesmo estruturas sintáticas da língua são tratados nas pesquisas? Ou: como a *incoerência de ações* produzidas por atos de fala são relegadas ao plano do “mal-entendido a ser corrigido”?

Essas exclusões, quando debatidas, podem dar conta de problemas que atormentaram lingüistas durante muito tempo. Uma garotinha que está na ponta dos pés, com o mato alcançando seus joelhos, diz:

(10) Olhe, mãe, vai certinho até minhas dobras!¹⁷

16. PROMUJER, *Hacia un currículo no sexista*. Puerto Rico, Universidad, 1992.

17. O exemplo é de Harris (1981) e o original em inglês é o que se segue: “Look, mummy, it comes right up to my hinges”. Harris, R. *The language myth*. Oxford, Duckworth, 1981, p. 152.

o que ela quis dizer? A mãe sabe, ainda que ela nunca tenha ouvido esse uso de “dobras”. E nós que lemos o exemplo também o compreendemos. Uma situação como esta tem sido tomada pela Lingüística tradicional como exemplo para a distinção “necessária” entre conhecimento lingüístico e conhecimento pragmático, ou conhecimento contextual, conhecimento de mundo etc., resumidamente, a distinção entre conhecimento lingüístico e conhecimento extralingüístico. Assim, o problema não é de fato levado a sério, pois reduz a questão a decidir entre a falta de conhecimento lingüístico, ou a falta de conhecimento extralingüístico.

Para os estudos da comunicação atuais, a questão principal é “como a mãe sabe, se esse uso não é devido?”. Ou, com um pouco mais de crítica, “como o uso é indevido se a mãe sabe?”. Sendo o uso da linguagem lugar de conflito, ele situa também negociações, modificações, recusas. Isso torna inevitável as inovações, e mais inevitável ainda que para se falar em linguagem tenha-se que falar em fatos até então considerados como não-linguagem. Esses argumentos enfrentam a constante crítica de não estarem de fato “fazendo Lingüística”, mas sociologia, ou qualquer coisa do gênero. Afinal, em que interessariam problemas que não legitimam a idéia de Lingüística como ciência? Dizer que linguagem não é puramente convencional implica assumir a impossibilidade de descrever o fenômeno lingüístico inteira e sistematicamente.

O contra-argumento principal a essa crítica é que a demarcação dos limites entre linguagem e mundo, ou entre linguagem e sociedade é uma tarefa inglória e reducionista. Em outras palavras, pensar que incluir aspectos sociais chamados “extralingüísticos” em uma análise leva ao risco de não se “fazer Lingüística”, desvirtuando o campo sagrado do saber sobre a língua, é o mesmo que pensar que aulas de educação sexual vão fazer as pessoas terem mais relações sexuais. É uma desculpa frágil para não expor a própria frustração de não apreender o objeto de estudo por inteiro.

Defendendo essas posições, os estudos da comunicação seguem procurando ampliar as possibilidades de objetos de estudo de lingüistas, tirando a criatividade do nível da mera estatística.

3. DIVULGAÇÃO E IMPACTO ATUAL DA PRAGMÁTICA

No final da década de 1970 e início da de 80, a Pragmática começou a ser levada a sério. Nessa época os estudos que vinham discutindo os componentes pragmáticos da linguagem chamam a atenção e merecem várias publicações, entre periódicos e livros inteiros.

Em 1977, inúmeros artigos autoproclamados pragmáticos são enviados para edição no recém-criado *Journal of Pragmatics*, que abre o primeiro espaço de prestígio para as pesquisas que se preocupavam com o uso lingüístico. Em 1978, Jef Verschueren publica a primeira bibliografia comentada sobre Pragmática. Logo em seguida, em 1979, Richard Rorty publica o seu *A filosofia e o espelho da natureza*, trazendo novamente para as rodas filosóficas as idéias de William James. Dois anos depois, em 1981, inicia-se a edição do *Language and Communication*, oferecendo aos leitores e leitoras discussões centradas na prática da comunicação humana. Nesse mesmo ano, Roy Harris publica *The language myth*, questionando a ausência sistemática, nos trabalhos lingüísticos, de perguntas sobre aspectos criativos da linguagem. No Brasil, Marcelo Dascal edita, em 1982, uma coletânea de textos filosóficos clássicos para a consolidação da Pragmática. Já pelos meados da década de 1980, outros trabalhos com perspectivas completamente diferentes, como de Jacob L. Mey, de 1985, e o de Brigitte Schlieben-Lange, de 1987, se acrescentam ao debate em torno da pergunta “qual o objeto da Pragmática?”.

Está inflamada a área dos estudos pragmáticos. A atividade lingüística ganha um espaço cada vez mais freqüente na Lingüística. Trabalhos discutem a relação dos signos com a prática da linguagem para evidenciar o processo inovador da conversação humana. Aspectos lingüísticos são sistematicamente submetidos a exame para valorizar sua condição de constituinte social. As variações sintáticas e fonológicas são estudadas pela sua significação social para os falantes. O bilingüismo é analisado como construtor e mantenedor das hierarquias sociais em países colonizados. Os relatos de mulheres são interpretados no que transmitem de suas auto-imagens e das imagens que o universo masculino tem delas.

Para pragmatistas que utilizam dados empíricos em seus trabalhos, questões sobre racismo e sexismo, sobre diferenças socioeconômicas, sobre ética ou sobre relações de poder não são mais consideradas como detalhes surgidos ao acaso em pesquisas centradas na língua pela língua. Ao contrário, a Pragmática está defendendo um quadro de *pesquisa sobre, para e com os sujeitos sociais*¹⁸; um quadro metodológico que permita aos pesquisadores e pesquisadoras interagirem integralmente com suas informantes e seus informantes, discutir com elas e eles seus interesses e avaliar a repercussão de afirmações conclusivas do trabalho teórico.

18. Para maiores detalhes, consultar Cameron et al. (1993).

- HARRIS, R. *The language myth*. Oxford, Duckworth, 1981.
- MEY, Jacob L. Poet and peasant: a pragmatic comedy in five acts. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, n. 11, pp. 281-297, 1987.
- _____. *Whose language?* A study in linguistic pragmatics. Amsterdam, John Benjamins, 1985.
- OGDEN, C. K. & RICHARDS, I. A. *O significado do significado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- OTTONI, Paulo Roberto. *Visão performativa da linguagem*. Campinas, UNICAMP, 1998. (Coleção Viagens da Voz)
- PEIRCE, C. Prolegomena to an apology for pragmaticism. *Monist*, 1906.
- PINTO, Joana Plaza. *As armadilhas de referência e o mal-entendido: problemas de alguns pressupostos teóricos*. Dissertação de mestrado. UNICAMP, 1998.
- PROMUJER. *Hacia un currículo no sexista*. Puerto Rico, Universidad, 1992.
- QUINE, W. V. Falando de objetos. In: RYLE, Gilbert et al. *Ensaio*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores)
- _____. *Palabra y objeto*. Barcelona, Labor, 1968.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. O Austin do qual a Lingüística não tomou conhecimento e a Lingüística com a qual Austin sonhou. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 30, pp. 105-116, 1996.
- _____. A irredutibilidade do ato ilocucionário como fator inibidor do êxito das tentativas taxonômicas. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 8, n. 1, pp. 91-133, 1992.
- _____. Dos dizeres diversos em torno do fazer. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 6, n. 2, pp. 223-254, 1990.
- RORTY, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 16. ed. São Paulo, Cultrix, 1991.
- SCHLIEBEN-LANGE, Brigitte. *Pragmática lingüística*. Madrid, Gredos, 1987.
- SEARLE, John R. *Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*. Coimbra, Almedina, 1981.
- SILVA, Oswaldo Porchat de Assis Pereira da (ed.) Vida e obra: Ryle, Austin, Quine, Strawson. In: RYLE, Gilbert et al. *Ensaio*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (Os Pensadores)
- THOMAS, Jenny. *Meaning in interaction: an introduction to pragmatics*. London, Longman, 1995.
- VERSCHUEREN, J. *Pragmatics: an annotated bibliography*. Amsterdam, John Benjamins, 1978.
- VERSCHUEREN, J. & BERTUCCELLI-PAPI, Marcella (eds.) *The pragmatic perspective: selected papers from the 1985 International Pragmatics Conference*. Amsterdam, John Benjamins, 1987.